



Processo Seletivo Simplificado para Classificação de Integrantes das Classes de
Docentes do Quadro do Magistério

**Atuação Educação Especial
Deficiência Visual**

Nome do Candidato

Caderno de Prova '1023', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA

Formação Básica
Formação Específica

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas definitivas com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão; mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**FORMAÇÃO BÁSICA**

1. A ideia de autonomia de professores tem sido muito comum nos discursos pedagógicos; no entanto, seu emprego nem sempre reflete uma clareza quanto ao seu significado. Para Contreras (2002), a autonomia não é um chamado à autocomplacência, nem tampouco ao individualismo competitivo, mas a convicção de que um desenvolvimento mais educativo dos professores e das escolas virá do processo democrático da educação, isto é, da tentativa de
- (A) obter maior capacidade de intervir nas decisões políticas relacionadas à escola.
 - (B) construir uma autonomia democrática tendo em vista o local e o universal.
 - (C) obter cada vez mais espaços de independência e menos controle burocrático.
 - (D) construir uma autonomia profissional juntamente com a autonomia social.
 - (E) reivindicar menos intervenção das famílias e da sociedade nas práticas escolares.
-
2. Para Tardif (2002), o saber dos professores traz em si mesmo as marcas de seu trabalho e esse saber não é somente utilizado como um meio no trabalho, mas é produzido e modelado no e pelo trabalho. Trata-se, portanto, de um trabalho
- (A) complexo, que envolve determinados saberes e habilidades que são aprendidos pelos professores, primeiro, na formação inicial e, depois, na formação continuada.
 - (B) pedagógico, que envolve um conjunto de saberes, habilidades, competências e atitudes plurais e temporais aprendidos no processo de formação inicial.
 - (C) multidimensional, que incorpora elementos relativos à identidade pessoal e profissional do professor, à sua situação socioprofissional, ao seu trabalho diário na escola e na sala de aula.
 - (D) profissional, que incorpora um saber social que é atemporal embora reflexivo, em que o trabalhador se relaciona com o conhecimento que é seu principal objeto de trabalho.
 - (E) multifacetado, que agrega as relações entre os conhecimentos produzidos pelos pesquisadores das ciências da educação e os saberes mobilizados pelas práticas do ensino.
-
3. Perrenoud (2000) propõe um inventário das competências que contribuem para orientar a prática docente e as formações iniciais e contínuas. Para o autor, a noção de competência designará uma capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situação. Administrar a progressão das aprendizagens é uma das famílias de competência reconhecida como prioritária no exercício da docência que mobiliza competências mais específicas como, por exemplo:
- I. conceber e administrar situações-problema ajustadas ao nível e às possibilidades dos alunos.
 - II. desenvolver a cooperação entre os alunos e certas formas simples de ensino mútuo.
 - III. observar e avaliar os alunos em situações de aprendizagem numa perspectiva formativa.
 - IV. fazer balanços periódicos do processo realizado e tomar decisões de progressão.
 - V. envolver os alunos em atividades de pesquisa e em projetos de conhecimento.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) I, III e V.
 - (D) II e IV.
 - (E) II e V.
-
4. Para Coll e Martín (2006), numa concepção construtivista a avaliação tem uma função reguladora no processo de ensino e aprendizagem que implica conhecer o que cada um dos alunos já sabe, sabe fazer e é, e o que pode chegar a saber, saber fazer ou ser, e como aprendê-lo. Nesse processo, cabe ao professor
- (A) conhecer como os alunos aprendem ao longo do processo de ensino-aprendizagem para atribuir notas ou conceitos que retratem o desempenho do grupo e os resultados obtidos.
 - (B) identificar as necessidades de cada aluno, incentivá-los a realizar o esforço que lhes permita continuar progredindo e comunicar à família os resultados finais.
 - (C) confiar e demonstrar confiança no esforço dos alunos, devolvendo-lhes a avaliação de seu próprio progresso por meio de conceitos que retratem seu desempenho.
 - (D) desenvolver uma atuação na aula em que as atividades e os próprios conteúdos de trabalho se adequarão constantemente, tendo como referência o planejamento.
 - (E) informar aos alunos os critérios e os instrumentos utilizados para avaliá-los e observar, ao final do processo, os fatores que interferiram no desempenho da turma.



5. Para Vasconcellos (2003), a preocupação fundamental no que diz respeito aos instrumentos de avaliação, buscando superar a ênfase seletiva, é referente à
- (A) necessidade de articular os instrumentos com os conteúdos ensinados e aprendidos.
 - (B) necessidade de construir instrumentos que auxiliem a aprendizagem dos alunos.
 - (C) mudança de postura em relação às finalidades da educação e da avaliação.
 - (D) importância de cobrir uma amostra significativa de todos os conteúdos ensinados.
 - (E) necessidade de usar uma linguagem compreensível, para salientar o que se deseja.
-
6. *Bullying* pode ser descrito como um tipo de intimidação
- (A) direta e indireta, envolvendo um variado leque de agressões.
 - (B) pontual, exclusiva do espaço escolar.
 - (C) acidental, para chamar a atenção do agredido.
 - (D) planejada, mas sem envolvimento de violência física.
 - (E) frequente, usado, sobretudo, por alunos imaturos ou inseguros.
-
7. Currículo pode ser entendido como a referência básica para que se possa
- (A) indicar quais são os conhecimentos verdadeiros, distinguindo-os daqueles que não precisam ser repassados às novas gerações.
 - (B) nortear a ação docente, no sentido de divulgar as informações mais úteis e precisas aos alunos.
 - (C) comprometer os professores com um ensino rico e variado, imprescindível à constituição de sociedades igualitárias.
 - (D) arrolar a lista de informações a serem preservadas no tempo e no espaço, na medida em que adquiram caráter universal.
 - (E) ampliar, localizar e contextualizar os conhecimentos acumulados pela sociedade ao longo do tempo.
-
8. As linguagens, prioridades na concepção da Proposta Curricular do Estado de São Paulo, são entendidas como formas de
- (A) dominar os conceitos científicos e tecnológicos.
 - (B) valorar o real e fazer escolhas adequadas.
 - (C) compreensão e ação sobre o mundo.
 - (D) representação simbólica, como o desenho e o jogo.
 - (E) pensar as relações sociais de maneira não ideológica.
-
9. Competências e habilidades precisam ser desenvolvidas na escola, uma vez que são elas que permitem aos alunos
- (A) alocar significado às suas vidas, orientando-os na escolha de rumos de ação compatíveis com suas metas.
 - (B) enfrentar problemas e agir de modo coerente diante das múltiplas possibilidades de solução.
 - (C) valorizar a vida escolar, aquilatando os aspectos curriculares, as qualidades dos docentes, a riqueza da interação entre pares.
 - (D) aprender a se comprometer com a tomada de decisão e com as ações capazes de impulsionar a própria vida e os rumos da nação.
 - (E) distinguir o certo do errado, adotando um ponto de vista ético, no qual se busque igualdade, liberdade e justiça para todos.
-
10. No texto "Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação" (2007), Álvaro Chrispino defende a tese de que a causa primordial da violência escolar tem relação com
- (A) as mudanças sociais que afetam as relações de poder na escola, uma vez que os dispositivos utilizados na cultura escolar que garantiam a autoridade pedagógica e a manutenção da ordem não são mais adequados para assegurar a autoridade pedagógica.
 - (B) a formação dos professores, especialmente a inicial, que não prepara o docente para compreender as manifestações e causas dos conflitos, bem como não fornece ferramentas para a resolução de conflitos no contexto da sala de aula e da escola.
 - (C) a ausência de uma gestão democrática, quando a direção não desenvolve um trabalho cooperativo e a equipe escolar não vê o conflito como algo que deva ser investigado, compreendido e mediado.
 - (D) as famílias dos alunos, que não têm cumprido com o seu papel de garantir a formação moral, os bons costumes, os bons modos de crianças e jovens tidos como essenciais ao convívio social e ao processo de ensino-aprendizagem.
 - (E) a massificação da educação, pois a escola passou a reunir no mesmo espaço alunos com diferentes vivências, expectativas, valores, culturas e hábitos que são causadores de conflito que, quando não trabalhados, provocam manifestação de violência.
-
11. A Proposta Curricular do Estado de São Paulo para os níveis de Ensino Fundamental I I e Médio tem como princípios centrais a escola que aprende, o currículo como espaço de cultura, as competências como eixo de aprendizagem, a prioridade da competência de leitura e de escrita, a articulação das competências para aprender e a contextualização no mundo do trabalho. Em relação ao princípio "a escola que aprende", é correto afirmar que a
- (A) capacidade de aprender terá que ser trabalhada especialmente com os alunos por meio da reflexão.
 - (B) vantagem de ser uma escola que aprende é a legitimação do conhecimento dos profissionais do ensino.
 - (C) tecnologia nem sempre facilita a viabilização das práticas ideais, de ações visando o trabalho coletivo.
 - (D) formação de uma "comunidade aprendente" deve ter como ponto de partida o trabalho colaborativo.
 - (E) escola que aprende precisa contar com recursos para promover mediações e resolução de conflitos.



12. No Caderno do Gestor, volume 3, de 2009, destaca-se a importância das reuniões finais de conselhos de classe e série para a reflexão sobre o que de fato aconteceu durante o ano e para a projeção das ações para o próximo ano. Diferentes da Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), os conselhos de classe e série
- (A) precisam identificar a situação de cada aluno para definir os que prosseguirão na série subsequente.
 - (B) têm que oferecer condições para que os alunos tenham garantida a promoção automática.
 - (C) precisam refletir sobre o seu papel com vistas a identificar os responsáveis pelo fracasso dos alunos.
 - (D) têm que avaliar se a escola atingiu bons resultados e encaminhar os casos mais críticos para recuperação final.
 - (E) têm status próprio que lhes confere o poder decisório de interferir na Proposta Pedagógica da escola.
-
13. Vivemos numa sociedade dinâmica. A partir desta constatação, Andy Hargreaves, na obra **O ensino na sociedade do conhecimento: educação na era da insegurança** (2004), examina o significado da sociedade do conhecimento, sua importância e seu sentido para os professores de hoje. Nesse livro, o autor fala em escola total e professor total, ambiente e profissional voltados para a cultura cooperativa, na qual
- (A) a interdependência forma o cerne das relações entre professores, fazendo com que cada um se sinta parte do grupo e de um trabalho em equipe.
 - (B) o professor deve desenvolver capacidades para inovação, flexibilidade e o compromisso com a transformação, essenciais à prosperidade econômica.
 - (C) o isolamento profissional deve ser combatido e cada professor deve se responsabilizar em desenvolver suas capacidades de inovação.
 - (D) a escola deve combater muitos dos imensos problemas criados pelas sociedades do conhecimento e deve estar a serviço da criatividade.
 - (E) o trabalho coletivo é fundamental para a noção de sociedade aprendente que poderá compor ou não uma sociedade de aprendizagem.
-
14. A Instrução CENP nº 1/2010, de 11 de janeiro de 2010, que dispõe sobre estudos de recuperação aos alunos do Ciclo II do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, nas escolas da rede pública estadual de ensino, estabelece as competências e atribuições dos docentes responsáveis pela recuperação. NÃO é de responsabilidade do professor
- (A) realizar uma avaliação diagnóstica dos alunos encaminhados para recuperação, com vistas a um maior detalhamento das dificuldades apresentadas preliminarmente pelo professor da classe.
 - (B) oferecer atendimento individualizado de estudos de recuperação paralela para atender às dificuldades/necessidades indicadas pelas famílias dos alunos.
 - (C) encaminhar, ao final do período em que o aluno esteve submetido a estudos de recuperação, os resultados alcançados.
 - (D) cuidar dos registros das atividades desenvolvidas com os alunos, em especial, apresentando relatório circunstanciado quando de se tratar de atendimento individualizado.
 - (E) utilizar estratégias diversificadas propondo as atividades a serem vivenciadas pelos alunos, sugeridas no material de apoio, como também usar os materiais disponíveis na Sala Ambiente de Informática da escola.
-
15. Duas meninas, da mesma turma, saíram muito entusiasmadas da aula, conversavam sobre o que estavam aprendendo e foram questionadas por colegas de outra turma sobre o motivo de tanto entusiasmo. Eles queriam saber como eram as aulas dessa tal professora Luiza que era muito elogiada pelos alunos. As duas foram logo contando: "A aula dela é muito gostosa porque todo mundo tem o mesmo direito de participar e falar, dar opiniões; não fica assim, de deixar os alunos meio isolados, pelo contrário". E a outra menina complementa: "E na hora de explicar ela explica de um jeito que não tem jeito de não entender. Quando ela está explicando, ela está conversando com os alunos e ela pede muito a opinião da classe inteira. É um jeito muito fácil de aprender".
- O encontro cotidiano entre professores e alunos em sala de aula envolve um conjunto de fatores necessários para facilitar a aprendizagem. No caso da professora Luiza, as alunas colocam em destaque a sua habilidade em
- (A) estabelecer os vínculos entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios e determinar o que deve constituir o ponto de partida das aulas.
 - (B) promover o trabalho independente por meio de situações em que possam se atualizar e utilizar autonomamente os conhecimentos construídos.
 - (C) criar oportunidades para os alunos expressarem suas próprias ideias e selecionar os aspectos relevantes e os que devem ser descartados.
 - (D) gerar um ambiente em que seja possível que os estudantes se abram, façam perguntas, e aproveitar, quando possível, as contribuições dos alunos.
 - (E) contar com as contribuições e os conhecimentos dos alunos, estabelecer um ambiente favorável, além de criar uma rede comunicativa na aula.



16. De acordo com Jacques Delors, a educação ao longo de toda a vida baseia-se em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. Essa perspectiva deve, no futuro, inspirar e orientar
- (A) as reformas educativas, ou seja, tanto a elaboração de programas como a definição de novas políticas pedagógicas.
 - (B) os professores, ou seja, a definição de suas metas nos planos de aula e também a dos processos de avaliação.
 - (C) as comunidades em que as escolas estão inseridas, para que possam reivindicar o cumprimento de tais princípios.
 - (D) as equipes gestoras, para que ofereçam uma educação democrática, voltada para o desenvolvimento de todos os alunos.
 - (E) a divisão tradicional dos tempos e espaços, para que eles possam corresponder às exigências do mundo contemporâneo.
-
17. O conceito de educação ao longo da vida ultrapassa a distinção bem conhecida entre educação inicial e educação permanente e, segundo Delors, aproxima-se de outro conceito frequentemente proposto, que é o da
- (A) articulação teoria e prática.
 - (B) otimização das potencialidades.
 - (C) comunidade global.
 - (D) sociedade educativa.
 - (E) relação de complementaridade.
-
18. Refletir a respeito da produção de conhecimento do aluno, buscando encaminhá-lo à superação, ao enriquecimento do saber, significa desenvolver uma ação avaliativa
- (A) contínua.
 - (B) mediadora.
 - (C) científica.
 - (D) supervisora.
 - (E) tradicional.
-
19. Segundo Hoffmann (2001), existem quatro dimensões que envolvem o processo avaliativo. A primeira dimensão se refere ao contexto sociocultural do aluno, a segunda aos saberes significativos e a terceira às questões epistemológicas do aprender. A quarta dimensão diz respeito
- (A) às atividades interativas.
 - (B) às disciplinas curriculares.
 - (C) ao cenário educativo/avaliativo.
 - (D) à gênese do conhecimento.
 - (E) ao compromisso social do docente.
-
20. Instituída pela Lei Complementar nº 1.078, de 17 de dezembro de 2008, a Bonificação por Resultados a ser paga aos servidores em efetivo exercício na Secretaria da Educação, decorrente do cumprimento de metas previamente estabelecidas, visa
- (A) à melhoria e ao aprimoramento da qualidade do ensino público.
 - (B) ao favorecimento aos profissionais que se destacam na escola.
 - (C) à premiação dos professores qualificados profissionalmente.
 - (D) ao incentivo aos servidores com maior tempo de serviço.
 - (E) à avaliação do trabalho desempenhado pelos servidores.

**FORMAÇÃO ESPECÍFICA**

21. Sasaki (2007) aponta que *os problemas da pessoa com necessidades especiais não estão nela tanto quanto estão na sociedade*. Com essa afirmativa o autor refere-se
- (A) aos diversos problemas criados pela própria sociedade, causando desvantagem social às pessoas com deficiência.
 - (B) aos direitos legais conquistados para as pessoas com deficiência.
 - (C) à existência de política pública que implantou o sistema de cotas nas universidades.
 - (D) à existência de política pública que implantou sistemas de cotas nas empresas.
 - (E) às atitudes de acolhimento e tolerância da sociedade em relação às pessoas com deficiência.
-
22. Para Carvalho (2005), a inclusão escolar do aluno com deficiência deve ser criticada sempre que
- (A) for implementada de forma responsável.
 - (B) for compreendida para além da mera inserção física do aluno na classe comum.
 - (C) os apoios previstos pela Educação Especial forem valorizados.
 - (D) os serviços de apoio a professores, alunos e seus familiares forem extintos ou banalizados.
 - (E) as especificidades dos grupos de pessoas com deficiência forem consideradas e atendidas.
-
23. *O conceito de inclusão envolve um repensar radical da política e da prática e reflete um jeito de pensar fundamentalmente diferente sobre as origens da aprendizagem e das dificuldades de comportamento. Em termos formais, estamos falando sobre uma mudança da ideia de "defeito" para um "modelo social".* (Mittler, 2003).
O autor refere-se
- (A) à perspectiva de se colocar para o aluno com deficiência ou com "defeito" a responsabilidade por seus sucessos e fracassos escolares.
 - (B) a ideia de que a maioria das dificuldades de aprendizagem estão localizadas no aluno com "defeito".
 - (C) a um modelo centrado na criança, que valoriza o "defeito" em detrimento das possibilidades de aprendizagem escolar.
 - (D) a ideia de que as instituições sociais segregadas devem acolher as crianças que apresentam deficiência, cabendo às famílias a responsabilidade pela inclusão social de seus filhos.
 - (E) à perspectiva de se deslocar o modelo centrado no "defeito" para o modelo social da deficiência, baseado na proposição de que as instituições sociais é que são opressivas e discriminadoras.
-
24. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, da qual o Brasil é signatário, reconhece que as barreiras atitudinais e ambientais podem impedir as pessoas com deficiência de participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Para tanto, propõe que os Estados partes se comprometam a adotar medidas imediatas, efetivas e apropriadas para
- (A) mudar o atual conceito de deficiência, uma vez que é muito difícil a mudança atitudinal e ambiental na sociedade.
 - (B) estimular preconceitos e práticas excludentes em relação a pessoas com deficiência.
 - (C) estabelecer medidas legais restritivas, baseadas em sexo e idade, em todas as áreas da vida para as pessoas que apresentem deficiência.
 - (D) conscientizar toda a sociedade, inclusive as famílias, sobre as condições das pessoas com deficiência e fomentar o respeito pelos direitos e pela dignidade dessas pessoas.
 - (E) conscientizar exclusivamente as famílias de baixa renda, sobre as condições das pessoas com deficiência e fomentar o respeito pelos direitos e pela dignidade das pessoas com deficiência.
-
25. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, apresenta a ideia de que pessoas com deficiência
- (A) serão sempre incapazes de desenvolver suas capacidades, não importa o que se faça.
 - (B) são as únicas responsáveis pelo rompimento das barreiras impostas pela sociedade ao seu pleno exercício de cidadania.
 - (C) costumam encontrar impedimentos para participar da sociedade de modo pleno e efetivo devido a barreiras encontradas.
 - (D) devem cobrar apenas do Estado a garantia do respeito a que têm direito.
 - (E) devem aprender a aceitar a própria situação de exclusão social.



26. Mazzotta (1996), ao analisar o preceito da Constituição de 1988 que assegura o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, alerta para
- (A) o necessário estabelecimento da relação entre alunos com deficiência e atendimento educacional especializado, pois esta relação é fato constatado na história da Educação Especial.
 - (B) o risco do estabelecimento da relação entre aluno com deficiência e Educação Especial, pois esta relação é enganosa, uma vez que o aluno com deficiência pode não apresentar necessidades educacionais especiais.
 - (C) a necessária vinculação do aluno com deficiência à Educação Especial, pois é fato que esse aluno depende de serviços de apoio especializado para avançar em seus processos de aprendizagem.
 - (D) a importância de se manter a dicotomia entre educação regular e Educação Especial, pois este é o caminho para a implementação de ações educacionais inclusivas.
 - (E) a importância de se manter a vinculação do aluno com deficiência à Educação Especial, em função de suas permanentes necessidades educacionais especiais.
-
27. Segundo Mazzotta (1996), a incorporação da Educação Especial à política educacional brasileira ocorreu no final dos anos
- (A) quarenta.
 - (B) oitenta e início dos anos noventa.
 - (C) vinte.
 - (D) cinquenta e início da década de sessenta.
 - (E) noventa.
-
28. A Declaração de Salamanca (1994) inspirou-se no princípio
- (A) de integração e no reconhecimento da necessidade de ações voltadas para a conquista de educação para todos.
 - (B) da necessidade de novos currículos para atender crianças portadoras de deficiência.
 - (C) da legalização do acesso de pessoas portadoras de deficiência ao ensino especializado.
 - (D) da participação de alunos com deficiência em atividades extracurriculares.
 - (E) de integração do aluno com deficiência na escola especial.
-
29. A expressão necessidades educativas especiais (Salamanca, 1994) refere-se
- (A) ao atendimento educacional especializado voltado para as pessoas com deficiência, preferencialmente no ensino regular.
 - (B) ao atendimento às necessidades básicas de aprendizagem do escolar que apresenta algum tipo de deficiência.
 - (C) a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem.
 - (D) a todas as crianças e jovens que apresentam necessidades especiais decorrentes de uma deficiência.
 - (E) ao atendimento apenas às crianças, de ambos os sexos, que apresentam algum tipo de deficiência.
-
30. A Declaração de Salamanca (1994) enfatiza a necessidade de aprimoramento dos sistemas de ensino, no sentido de se tornarem aptos a incluir todas as crianças, sem que se faça qualquer distinção entre elas. Para tanto, propõe uma pedagogia centrada
- (A) na criança.
 - (B) no conteúdo acadêmico.
 - (C) no currículo.
 - (D) no diagnóstico terapêutico.
 - (E) nos recursos didáticos especializados.
-
31. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) traz as diretrizes norteadoras das ações a serem implementadas pelas instituições escolares, dentre as quais:
- (A) realizar atendimento educacional especializado em escolas conveniadas e disponibilizar recursos sociais privados aos alunos com necessidades educacionais especiais.
 - (B) identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, de forma a favorecer a plena participação escolar do aluno com necessidades especiais.
 - (C) desenvolver atividades recreativas, orientadas pelo professor especializado, para serem realizadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns.
 - (D) orientar os alunos com necessidades especiais e seus familiares quanto à matrícula condicionada ao bom desempenho escolar dos mesmos.
 - (E) matricular os alunos com necessidades educacionais especiais diretamente nos serviços de apoio.



32. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, no capítulo destinado à Educação Especial, determina que
- (A) o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino.
 - (B) as condições específicas dos alunos, oriundas de suas deficiências, não devem interferir na tomada de decisão para o encaminhamento dos mesmos à classe especial.
 - (C) o atendimento especializado será feito em classes e escolas especiais para os alunos que apresentam deficiências.
 - (D) o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados aos alunos que apresentam graves deficiências, a partir de diagnóstico clínico.
 - (E) as condições específicas dos alunos, oriundas ou não de uma deficiência, deverão ser consideradas na tomada de decisão quanto ao encaminhamento dos mesmos para escolas especiais.
-
33. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96 configura a Educação Especial como
- (A) sistema de ensino paralelo ao sistema regular, em função das características do seu alunado, quer se trate de deficiência ou de superdotação.
 - (B) sistema de ensino paralelo ao ensino regular, por requerer serviços de apoio especializados e professores especialistas nas diferentes áreas da deficiência.
 - (C) modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com significativas dificuldades de aprendizagem.
 - (D) modalidade de educação escolar, oferecida obrigatoriamente na rede regular de ensino, para alunos com necessidades educacionais especiais e com deficiência.
 - (E) modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com necessidades especiais.
-
34. No documento Política Nacional de Educação Especial (MEC, 2008) consta que o alunado da Educação Especial é aquele que
- (A) requer atendimento em sistema segregado de ensino.
 - (B) requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas.
 - (C) deverá ter atendimento em sistema terapêutico na escola.
 - (D) deverá ser atendido em classes especiais da rede regular de ensino.
 - (E) deverá ser atendido em sistemas educacionais paralelos que disponham de currículos adaptados.
-
35. Maria Tereza E. Mantoan (2006) aborda a exclusão escolar no contexto da crise do paradigma do conhecimento e afirma que a escola deve
- (A) compartimentar os saberes curriculares e articulá-los com os saberes cotidianos do aluno, contemplando, assim, as demandas sociais, culturais e subjetivas do alunado.
 - (B) valorizar o modelo da cientificidade dos saberes escolares propostos pela modernidade, ignorando os saberes do senso comum.
 - (C) estabelecer conexões entre os saberes isolados, rompendo as fronteiras disciplinares por meio da reinterpretação da matéria-prima da educação escolar, qual seja, o conhecimento.
 - (D) valorizar a hiperespecialização dos saberes curriculares da Educação Básica, favorecendo a compreensão, pelo aluno, do caráter multidimensional dos problemas.
 - (E) compartimentar os saberes curriculares do ensino fundamental, integrando-os com os saberes do cotidiano do alunado.
-
36. Para Maria Tereza E. Mantoan (2006), a reviravolta dos sistemas escolares em direção à construção da educação inclusiva requer, entre outros, a
- (A) divisão dos alunos em normais e deficientes, com modalidades de ensino regular e especial, e professores especialistas para atender necessidades educativas especiais do alunado.
 - (B) extinção das categorizações e, conseqüentemente, das oposições excludentes que colocam o aluno na condição de normal ou de deficiente.
 - (C) categorização dos alunos a partir dos resultados da avaliação dos processos de aprendizagem, com adaptações curriculares que contemplem as dificuldades da aprendizagem detectadas.
 - (D) organização das classes por capacidade de aprendizagem dos alunos e avaliação diagnóstica daqueles que apresentarem mais dificuldades.
 - (E) organização das classes por potencialidades de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, de forma a estimular a competitividade entre eles.



37. As mudanças necessárias para se atingir os objetivos da educação inclusiva, conforme Sage (in Stainback & Stainback, 1999), envolvem
- (A) os modelos de gestão escolar, cabendo aos responsáveis pela administração central apenas a elaboração da legislação sobre a educação inclusiva.
 - (B) as práticas docentes, que devem buscar a excelência do processo de ensino-aprendizagem, que é de exclusiva responsabilidade do professor.
 - (C) as práticas cotidianas do gestor escolar, com o devido suporte material e de profissionais de apoio previstos na legislação educacional.
 - (D) estruturas paralelas das modalidades de Educação Especial, pois sua integração com a modalidade comum de ensino não favorece os suportes necessários aos alunos com necessidades educacionais especiais.
 - (E) os diferentes níveis do sistema administrativo, incluindo a estrutura central da educação, a organização de cada escola e a didática de sala de aula.
-
38. A Deliberação nº 68/2007, da Secretaria de Educação de São Paulo, ao fixar normas para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais, configura a modalidade especial, no contexto da educação inclusiva, como um processo definido por
- (A) um currículo especializado elaborado por professores especializados nas diferentes áreas da deficiência que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados para apoiar, complementar e substituir, quando necessário, o ensino comum.
 - (B) uma proposta pedagógica elaborada conjuntamente com profissionais da área da saúde que assegure recursos e serviços educacionais especiais para apoiar, complementar e suplementar o ensino regular.
 - (C) um currículo especializado, que deve prever recursos materiais, didáticos e pedagógicos e serviços de apoio para complementar o ensino regular.
 - (D) uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar o ensino regular.
 - (E) uma proposta psicopedagógica que assegure um currículo especializado, elaborado conjuntamente pelo professor da sala comum e o professor especializado.
-
39. Segundo a Resolução nº 11/2008, da Secretaria de Educação de São Paulo, os alunos com necessidades educacionais especiais ingressantes na rede estadual de educação deverão ser matriculados
- (A) diretamente nas salas comuns e, posteriormente, avaliados pela área de saúde que irá determinar a conveniência ou não do aluno receber atendimento educacional especializado em sala de recursos.
 - (B) preferencialmente nas salas de apoio pedagógico e aguardar um semestre para que o professor especialista possa realizar a avaliação pedagógica específica, juntamente com profissionais da área da saúde.
 - (C) preferencialmente nas salas de apoio pedagógico enquanto não forem realizadas as avaliações pedagógicas pela equipe da escola (diretor, professor / coordenador, professores da sala comum) juntamente com o professor especializado e Diretoria de Ensino.
 - (D) diretamente nas classes comuns e aguardar um bimestre letivo para que se proceda a avaliação pedagógica específica realizada pela equipe da escola (diretor, professor / coordenador, professores da sala comum) juntamente com o professor especializado, Diretoria de Ensino e profissionais da área da saúde.
 - (E) preferencialmente nas salas comuns e deverão se beneficiar dos serviços de apoio que serão estabelecidos conforme avaliação pedagógica específica realizada pela equipe da escola (diretor, professor / coordenador, professores da sala comum) juntamente com o professor especializado, diretoria de Ensino e profissionais da área da saúde.
-
40. Para Mittler (2003), os professores devem adotar ações específicas para responder às necessidades diversas dos alunos por meio da criação de ambientes de aprendizagem
- (A) restritivos e de uma metodologia de ensino e de avaliação específica e individualizada.
 - (B) exclusivos e de uma metodologia de ensino e de avaliação geral que garantam a igualdade de oportunidade para todos.
 - (C) efetivos, estabelecimento de metas de aprendizagem, uso de abordagens de ensino e de avaliação apropriadas, e garantia de igualdade de oportunidades para todos.
 - (D) restritivos, estabelecimento de metas de aprendizagem para cada aluno e uso de abordagens de ensino e de avaliação específicas que garantam a igualdade de oportunidades para todos.
 - (E) exclusivos, e estabelecimento de metas gerais, compatíveis com o nível de cada aluno, e de uma metodologia de ensino e de avaliação que garantam o aprendizado de todos.



41. A deficiência visual envolve
- (A) cegueira ou alta miopia.
 - (B) baixa visão ou erros refracionais.
 - (C) ambliopia ou alta miopia.
 - (D) cegueira ou baixa visão.
 - (E) problemas visuais de refração.
-
42. Alunos com deficiência visual recebem e organizam a informação no processo de aquisição do conhecimento advinda de um contexto impregnado de referências e experiências eminentemente visuais que os coloca em desvantagem. Por isso, necessitam de
- (A) matrícula especial, com reserva de vagas, como ação afirmativa diante da desvantagem social que sofrem.
 - (B) mediadores capazes e condições favoráveis à exploração do mundo a partir do seu próprio referencial perceptivo.
 - (C) transporte adaptado para chegar à escola e um agente escolar para recebê-lo e conduzi-lo à sala de aula.
 - (D) carinho e proteção para que possam participar plenamente de todas as atividades escolares.
 - (E) ledores e guias-videntes permanentes para acompanhar o conteúdo das aulas e atividades extracurriculares.
-
43. Em termos educacionais, a criança cega é aquela que apresenta
- (A) perda irreversível, grave ou total, de uma ou mais funções visuais, afetando a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente.
 - (B) perda parcial do sentido da visão em decorrência de afecções adquiridas em ambientes prejudiciais à visão.
 - (C) perda parcial em ambos os olhos por causas congênitas e que mesmo após o melhor procedimento corretivo ainda persiste.
 - (D) necessidades específicas decorrentes da perda visual total em um dos olhos.
 - (E) necessidade específica de ampliação dos caracteres em tinta para fazer a leitura, decorrente de alta miopia.
-
44. Entre as especificidades da cegueira no processo de ensino/aprendizagem, podemos citar algumas sobre as quais os professores devem orientar seu trabalho para favorecer a escolarização e o desenvolvimento do aluno cego:
- (A) os sentidos da audição e do tato são superdesenvolvidos e não necessitam de treinamento.
 - (B) a possibilidade de imitar vem de acordo com a idade e surge espontaneamente, fazendo com que a criança adquira gestos sociais.
 - (C) a exploração dos objetos e o aprendizado dos movimentos corporais devem ser guiados por contato físico e descrição do mediador.
 - (D) os modelos em miniatura sobre animais, astros celestes etc. são suficientes para a formação de conceitos sobre eles.
 - (E) as brincadeiras de bola devem ser evitadas, pois não são passíveis de compreensão e não favorecem a interação.
-
45. Os livros didáticos são ilustrados com desenhos, gráficos, cores, diagramas, fotos e outros recursos inacessíveis para os alunos com baixa visão e/ou cegos. Por isso, para garantir a participação efetiva desses alunos nas aulas, é preciso utilizar
- (A) textos mimeografados em papel de gramatura 90.
 - (B) ilustrações em relevo com todos os detalhes apresentados no original.
 - (C) livros com muitas ilustrações para provocar o interesse.
 - (D) representação de equações matemáticas utilizando mímica.
 - (E) maquetes e modelos para trabalhar conceitos relacionados à geografia.



46. Os recursos tecnológicos como *DosVox*, *JAWS* e *Virtual Vision* referem-se a
- (A) programas de ampliação de imagem no contexto informático.
 - (B) programas denominados leitores de tela com síntese de voz.
 - (C) sistemas operacionais para magnificação de imagem.
 - (D) aplicativos de acessibilidade do Windows para pessoas com deficiência visual.
 - (E) recursos audiovisuais com audiodescrição.
-
47. O uso de tecnologias assistivas possibilita à pessoa com baixa visão ou com cegueira navegar na Internet, usar correio eletrônico, processar textos e planilhas por meio de comandos do
- (A) *mouse*.
 - (B) *software*.
 - (C) fone de ouvido.
 - (D) *windows*.
 - (E) teclado.
-
48. A definição de baixa visão em termos educacionais refere-se à
- (A) perda total ou parcial congênita, em ambos os olhos, com a melhor correção, podendo variar em termos de acuidade visual.
 - (B) funcionalidade visual comprometida em ambos os olhos, com resíduo visual que permite acesso à leitura por tipos ampliados ou recursos ópticos especiais.
 - (C) a medida de acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica, feita logo após o nascimento.
 - (D) a medida de acuidade visual igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica.
 - (E) a somatória do campo visual em ambos os olhos, após a melhor correção óptica, igual ou menor que 60°.
-
49. A baixa visão, muitas vezes, não é notada pela maioria das pessoas, porém ela implica necessidades específicas e educacionais especiais muito significativas que devem ser compreendidas e atendidas pela família e pela escola. Essas necessidades referem-se ao uso
- (A) de recursos ópticos para perto e para longe, eletrônicos e contraste de claro e escuro entre os objetos e o fundo.
 - (B) prolongado da visão, indo além da fadiga e uso da bengala de identificação da baixa visão.
 - (C) da visão residual sem apoio dos outros sentidos e dispensa das aulas de Educação Física.
 - (D) de iluminação natural forte e cadernos de pautas comuns para a escrita.
 - (E) de óculos escuros para evitar constrangimentos sociais e uso de *softwares* de voz.
-
50. São recursos ópticos para baixa visão prescritos pelo oftalmologista para maior resolução de imagem em função da ampliação:
- (A) lupas e óculos comuns.
 - (B) microscópio e telescópios.
 - (C) tiposcópio e óculos.
 - (D) lupas e telelupas.
 - (E) lupas e tiposcópio.
-
51. Os recursos eletrônicos específicos para as pessoas com baixa visão são
- (A) microcomputador e televisão de LCD.
 - (B) lupa eletrônica e circuito fechado de televisão.
 - (C) lupa eletrônica e guia de leitura.
 - (D) livro digital e soroban.
 - (E) sistemas de voz sintetizada e prancha de plano inclinado.
-
52. São recomendações importantes aos familiares, professores, cuidadores e outros que convivem com pessoas com baixa visão:
- (A) exigir maior atenção da pessoa aos afazeres domésticos.
 - (B) usar letra cursiva para melhor visualização.
 - (C) dar mais tempo para cumprir as tarefas.
 - (D) escrever na lousa com letra irregular.
 - (E) mandar afastar os olhos da leitura, pois pode prejudicar a visão.



53. São adaptações/adequações no material didático-pedagógico para favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno com baixa visão:
- (A) cadernos com pautas largas e desenhos mimeografados.
 - (B) ilustrações de livros com todos os detalhes.
 - (C) ampliação do tamanho das letras e melhor contraste.
 - (D) desenhos mimeografados ampliados e pintados.
 - (E) textos impressos em braille e desenhos em relevo.
-
54. Os programas de informática, desenvolvidos para quem tem baixa visão são
- (A) transcritores de braille.
 - (B) magnificadores de texto e imagem com ou sem sistema de voz sintetizada.
 - (C) lupas eletrônicas.
 - (D) livros digitalizados.
 - (E) sistemas ópticos acoplados a um monitor e uma câmera.
-
55. Na maioria dos casos, as patologias que reduzem o campo visual são
- (A) catarata congênita e glaucoma.
 - (B) catarata congênita e retinose pigmentar.
 - (C) retinose pigmentar e glaucoma.
 - (D) glaucoma e retinopatia da prematuridade.
 - (E) glaucoma e nistagmo congênito.
-
56. Se a criança cega não for incentivada, desde o início da vida, a conhecer e compreender o mundo de pessoas, coisas e acontecimentos, ela poderá adquirir atrasos em seu desenvolvimento global. Os atrasos mais comuns nesses casos ocorrem
- (A) no andar, na intencionalidade da ação, na construção do “eu” e na linguagem.
 - (B) nos comportamentos de autoestimulação e na segurança básica.
 - (C) na noção de conservação de objeto, no conceito de número e nos maneirismos.
 - (D) na noção de objeto e nos comportamentos estereotipados.
 - (E) na segurança básica e na linguagem oral de repetição.
-
57. Há particularidades na forma da criança cega aprender. Para favorecer essa aprendizagem, o professor deve
- (A) esperar que a criança se interesse pelo ambiente espontaneamente para poder proporcionar-lhe experiências.
 - (B) possibilitar experiências concretas significativas por meio da integração das percepções táteis, auditivas e cinestésicas.
 - (C) dar-lhe informações verbais apenas, pois são suficientes para ela compreender o mundo que a cerca.
 - (D) proporcionar atividades corporais visuais que levem à consciência corporal, equilíbrio e autonomia na mobilidade.
 - (E) exercitar a memória, repetindo tudo que ouve, mesmo quando não faça sentido imediato.



58. O processo de aquisição da escrita no Sistema Braille pela criança cega passa pelo desenvolvimento de habilidades específicas, como
- (A) a noção de tempo para administrar as tarefas escolares.
 - (B) a imitação de gestos para memorizar as letras e repeti-las antes de escrevê-las.
 - (C) a percepção auditiva para reconhecimento do som das teclas da máquina de escrever em braille.
 - (D) o reconhecimento das letras em tinta com adaptação em relevo.
 - (E) a compreensão sobre o formato da cela Braille, distribuição espacial e numeração dos pontos.
-
59. Desde muito cedo, as crianças observam o mundo letrado ao seu redor e vão adquirindo a noção da função da escrita e desenvolvendo hipóteses acerca da sua construção. Para que a criança cega possa acessar esse mundo da escrita e ter a oportunidade de vivenciar esse processo, ela necessita de
- (A) conscientização por parte do professor da Sala de Recursos, pois ele é o único responsável por esse processo.
 - (B) adaptações de materiais que ajudem a compreender os significados dos símbolos e possibilitem contato com a escrita braille.
 - (C) ser acomodada próxima à lousa para usar o resíduo visual ainda que sua eficiência visual seja apenas para locomoção.
 - (D) ser guiada pelos estímulos auditivos, pois a alfabetização no Sistema Braille se vale desse recurso, prioritariamente.
 - (E) fazer um trabalho terapêutico específico de psicomotricidade para o treino da leitura tátil.
-
60. O sistema Braille é constituído por 63 sinais a partir do conjunto matricial de seis pontos. Esse conjunto é denominado
- (A) sinal braille.
 - (B) cela braille.
 - (C) sinal fundamental.
 - (D) cela fundamental.
 - (E) matriz braille.
-
61. O espaço ocupado pelo conjunto matricial de 6 pontos recebe o nome de
- (A) sinal braille.
 - (B) cela braille.
 - (C) ordem braille.
 - (D) núcleo braille.
 - (E) matriz braille.
-
62. Na sequência dos 63 sinais dispostos em sete séries, a 2ª série é obtida
- (A) juntando-se a cada um dos sinais da 1ª série o ponto 3.
 - (B) juntando-se a cada um dos sinais da 1ª série o ponto 6.
 - (C) juntando-se a cada um dos sinais da 1ª série os pontos 3 e 6.
 - (D) tendo como modelo a 1ª série, porém ocupando os sinais inferiores.
 - (E) utilizando-se apenas a coluna da direita.



63. O c com cedilha é representado pelos pontos
- (A) (1 2 3 5 6).
 - (B) (1 2 4 5 6).
 - (C) (2 3 4 5 6).
 - (D) (1 2 3 4 6).
 - (E) (1 3 4 5 6).
-
64. Há sinais exclusivos da escrita Braille. Assinale as combinações de pontos que correspondem aos sinais de maiúscula e negrito:
- (A) (1 6) – (3 4).
 - (B) (4 6) – (5 6).
 - (C) (3 5) – (4 5 6).
 - (D) (4 6) – (3 4 5 6).
 - (E) (4 6) – (3 5).
-
65. Os caracteres da 1ª série precedidos do sinal (3 4 5 6) representam sinal de
- (A) maiúscula em todas as letras da palavra.
 - (B) número para algarismos de um a zero.
 - (C) parágrafo.
 - (D) parênteses.
 - (E) itálico.
-
66. O numeral decimal 0,75 será descrito como
- (A) (3 4 5 6 2 4 5 2 1 2 4 5 1 5).
 - (B) (3 4 5 6 2 4 5 2 1 2 1 5).
 - (C) (3 4 5 6 1 2 1 5).
 - (D) (3 4 5 6 1 4 5 2 1 5).
 - (E) (2 4 5 6 1 4 5 2 1 5).
-
67. A abertura do parágrafo deve fazer-se pelo menos no
- (A) 1º espaço.
 - (B) 2º espaço.
 - (C) 3º espaço.
 - (D) 4º espaço.
 - (E) parágrafo americano.
-
68. A grafia Braille foi ampliada para o contexto da informática, pois essa nova linguagem com seus códigos passou a fazer parte do cotidiano contemporâneo. O sinal criado para delimitar esse contexto é
- (A) (5 1).
 - (B) (5 3).
 - (C) (5 5).
 - (D) (5 2).
 - (E) (5 4).
-
69. Na expressão informática que se refere ao endereço do correio eletrônico há um símbolo denominado arroba. Sua descrição é
- (A) (1 5 6).
 - (B) (2 4 5).
 - (C) (1 4 5).
 - (D) (1 3 5).
 - (E) (1 2 5).



70. Uma habilidade que a criança cega deve desenvolver para deslocar-se com segurança e boa orientação é
- (A) identificar símbolos e saber ler e escrever em Braille.
 - (B) reconhecer miniaturas de coisas que não se podem tocar, como a lua e as estrelas.
 - (C) usar o guia vidente e o rastreamento.
 - (D) identificar pistas sonoras, táteis, olfativas e cinestésicas.
 - (E) desenvolver o raciocínio lógico-matemático.
-
71. Quando uma criança cega ou com baixa visão iniciar em uma nova escola, o(a) professor(a) deverá apoiá-la em relação à sua mobilidade com segurança e independência. Uma das primeiras ações educativas a esse respeito, até mesmo antes do início das aulas, será
- (A) descrever os colegas de sala, nomeando-os para que a criança os conheça e possa interagir com eles no primeiro dia de aula.
 - (B) conhecer todos os funcionários da escola, pois eles a conduzirão do portão da escola à sala de aula ao longo do ano escolar.
 - (C) caminhar pelos ambientes da escola e, principalmente da sala de aula, descrevendo detalhes físicos, o que depois será repetido para introjetar o espaço e formar um mapa mental.
 - (D) incumbir um aluno de ser o guia vidente da criança em seus deslocamentos pelo espaço da escola ao longo do ano.
 - (E) apresentar à criança descritivamente todo o material didático que será utilizado no ano escolar para que possa acompanhar as aulas.
-
72. Na aula de Educação Física e outras atividades, a maioria das brincadeiras para crianças que enxergam podem ser adequadas e adaptadas para as crianças cegas, como
- (A) pega pega com pique feito de textura que a criança cega identifique.
 - (B) caça ao tesouro em duplas de crianças que não enxergam.
 - (C) jogos e brincadeiras de bola com guizo ou bola envolta em saco plástico.
 - (D) bater figurinhas com desenhos em relevo.
 - (E) corrida com tornozeleira com guizo.
-
73. Algumas técnicas serão introduzidas para que a criança cega ou com baixa visão possa se orientar com segurança nos deslocamentos que fizer nos espaços da escola e conquistar mais autonomia. Ao deslocar-se sozinha de um ponto a outro deverá
- (A) bater as mãos na linha média do corpo para se orientar pelo som.
 - (B) andar bem devagar pé ante pé, pedindo ajuda dos colegas.
 - (C) memorizar o caminho a ser percorrido pela descrição da professora e esperar pelo aprendizado das técnicas da bengala longa.
 - (D) eleger algumas referências, como uma parede, um móvel, deslizando sobre elas o dorso da mão um pouco à frente do corpo.
 - (E) pôr a mão à frente do corpo para se proteger, tocando nas pessoas que estiverem passando.
-
74. Na familiarização do espaço da sala de aula, a criança cega ou com baixa visão deverá ser ensinada a
- (A) entrar antes e sair depois de todos os alunos para que não haja acidentes nas escadas principalmente.
 - (B) sentar-se logo na primeira carteira que encontrar, mudando eventualmente de lugar para maior socialização.
 - (C) adentrar na sala sempre com a professora ou um colega para sua maior segurança.
 - (D) andar pela sala guiada por um colega para desempenhar as ações exigidas no contexto da sala de aula.
 - (E) definir como referência a porta de entrada e, a partir dela, localizar móveis, utensílios e outros objetos.



-
75. A sinalização de portas e armários poderá ser feita para a criança cega em
- (A) braille, apenas.
 - (B) relevo, textura e em braille.
 - (C) desenho em relevo, apenas.
 - (D) madeira e plástico, sempre.
 - (E) texturas variadas, apenas.
-
76. São aquisições fundamentais para a criança cega ou com baixa visão na vida em sociedade
- (A) os afazeres, hábitos e costumes do cotidiano.
 - (B) a alimentação e higiene pessoal.
 - (C) a alimentação, higiene pessoal e vestir-se.
 - (D) o uso do telefone.
 - (E) o cumprimento com saudações.
-
77. Família e escola, juntas, proporcionarão à criança cega ou com baixa visão as aquisições que mais lhe são necessárias na vida futura com independência. As ações educativas orientam-se por alguns procedimentos, como
- (A) fazer junto com a criança, repetindo suas ações.
 - (B) repetir sempre a experiência, mesmo de forma descontextualizada.
 - (C) evitar brincadeiras, pois o assunto é muito sério.
 - (D) introduzir hábitos e comportamentos, a qualquer tempo.
 - (E) aproveitar todos os momentos no contexto natural da criança para proporcionar as vivências concretas.
-
78. Um instrumento de cálculo, criado pelos povos antigos, sendo o Japão o país que mais contribuiu para sua evolução, foi adaptado para uso das pessoas com deficiência visual. Esse instrumento denomina-se
- (A) reglete.
 - (B) cubarítimo.
 - (C) calculadora.
 - (D) soroban.
 - (E) tiposcópio.
-
79. As crianças se divertem e aprendem com jogos corporais, jogos com objetos do cotidiano e jogos didático-pedagógicos, desenvolvendo o pensamento lógico-matemático. São exemplos de jogos didático-pedagógicos para as crianças com deficiência visual no aprendizado do pré-soroban:
- (A) lápis e compasso.
 - (B) blocos lógicos e material dourado.
 - (C) *cuisinaire* e giz de cera.
 - (D) formas geométricas vazadas e giz de cera.
 - (E) blocos lógicos e compasso.
-
80. Os blocos lógicos favorecem também a criança com deficiência visual na construção do conceito de número na medida em que
- (A) possibilitam classificar por cores, tamanhos e formas.
 - (B) permitem visualizar a noção de conservação de líquido.
 - (C) ajudam a visualizar a noção de conservação de massa.
 - (D) desenvolvem a noção de conservação de quantidades contínuas.
 - (E) desenvolvem o senso estético por meio das cores.
-